



Assembleia dos Servidores da Funai deflagra greve por tempo indeterminado a partir do dia 27/06

No dia 21/06, o Sindsef-SP realizou a assembleia dos servidores da Funai no Estado de São Paulo. A atividade começou com um balanço positivo do ato realizado no dia 18/06, que pedia justiça por Bruno, Dom e Maxciel. O ato, chamado às pressas diante dos desdobramentos do caso, contou com a importante participação dos indígenas da Aldeia Jaraguá e obteve ampla cobertura da imprensa, com repercussão nacional e internacional.

Em seguida, foi realizada uma análise sobre a situação do órgão diante da conjuntura de ataques e desmantelamento dos serviços públicos. Não somente a FUNAI, mas também o INCRA e o IBAMA vêm sofrendo duros golpes, com a política do Governo de privilegiar o agronegócio, as madeiras e o garimpo ilegal, em detrimento de preservar o meio ambiente e proteger os povos indígenas.

Além disso, a falta de diálogo e a desvalorização dos servidores, com arrocho e congelamento salarial, ampliam a necessidade de reação e



evidenciam a urgência de estender o movimento a outros órgãos públicos. A luta precisa ser muito mais ampla para enfrentar essa situação.

Após as análises, a assembleia deliberou pela deflagração da greve por tempo indeterminado, a partir do dia 27/06, bem como pela realização de assembleias permanentes para avaliação do movimento. Os servidores reafirmaram as reivindicações do movimento nacional, que exige a responsabilização de todos os culpados pelos assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom

Phillips.

O movimento nacional cobra uma audiência imediata com o ministro da Justiça e Segurança Pública. Exige que nenhuma retaliação afete servidores mobilizados e em greve, incluindo questões como mudanças de lotação, exoneração de cargos e abertura de sindicâncias administrativas. Também pede a saída imediata do presidente da Funai Marcelo Xavier e de sua equipe de ruralistas e militares.

A luta contra o chamado "Marco Temporal" junto aos movimentos sociais indígenas também será intensificada. Os servidores lutam por uma Funai indigenista e para os povos indígenas! Pela proteção das/os indigenistas, dos Povos Indígenas e de suas lideranças, organizações e territórios

Como parte do calendário de lutas, os servidores realizarão novas atividades em 23/06, Dia Nacional de Mobilização, com panfletagem do Manifesto da Funai em Itanhaém e participarão das atividades no MASP contra o Marco Temporal.



Fotos: Fábria Corrêa

Nova Funai

Sabotar órgãos como Funai, In-cra, Ibama e ICMBio foi a forma de Bolsonaro cumprir promessas de campanha para destruir a área ambiental e indigenista. Para atingir seu intento, com assustadora frequência, colocou pessoas despreparadas para o papel técnico que deveriam cumprir, mas altamente qualificadas para destruir. O objetivo sempre foi “passar a boiada!”

Nessa linha, iniciou um ataque sem precedentes aos povos indígenas, enfraquecendo por dentro a Fundação Nacional do Índio. Portanto, as ações do presidente da Funai, Marcelo Xavier, não são mera incompetência, mas sim, iniciativas voltadas para travarem o funcio-

namento do órgão ou facilitar atos inconstitucionais propostos pelo governo.

Para atingir o intento de “dar uma foiçada na Funai”, ocorre o aprofundamento do desmonte do órgão, com suspensão das demarcações de terras indígenas, perseguição aos servidores de carreira, intimidação dos líderes indígenas, cortes no orçamento da pasta e nomeação de pessoas desqualificadas para cargos estratégicos.

Atualmente os cargos de chefia da pasta estão majoritariamente ocupados por militares sem experiência na área e, em muitos casos, atuando deliberadamente contra a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas.

Segundo o dossiê elaborado pela

associação Indigenistas Associados (INA), associação de servidores da Funai e pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), em 2020, havia somente 2.071 profissionais em atuação, sendo 1.717 efetivos, enquanto 2.300 cargos permaneciam vagos.

Não é exagero afirmar que, Xavier atua em defesa daqueles que deveria fiscalizar e punir: os madeireiros, garimpeiros, narcotraficantes e invasores de TI no geral.

Na Funai da era Bolsonaro/Xavier está em curso um projeto de destruição, onde está liberada a exploração econômica de terceiros, mesmo significando trabalhar a favor de interesses de não indígenas e/ou desmontar por dentro o aparato de proteção dos direitos indígenas.

Amazônia

O número reduzido de servidores, por si só, fragiliza as ações pertinentes aos direitos dos povos originários. Porém, devido à extensão territorial, a situação é particularmente crítica na Amazônia.

As políticas criminosas desse governo fomentaram ainda mais o desmatamento e a violência na re-

gião. Além do desmonte da Funai, Bolsonaro também golpeou duramente o IBAMA e ICMBio, órgãos de fiscalização ambiental, reduzindo emissão e cobrança de multas ambientais e ignorou pareceres técnicos contra o desmatamento. Estas medidas, entre outras, tornaram mais lucrativa a invasão de terras



Fotos: Fábria Corrêa

públicas e aumentaram a sensação de impunidade dos desmatadores, ampliando os conflitos na região.

Bruno e Dom

Após dias de angústia, a notícia do bárbaro assassinato de Bruno Pereira, servidor licenciado da Funai, e Dom Phillips, jornalista inglês, se confirmou como um reflexo dos riscos enfrentados por aqueles que se atrevem a defender o meio ambiente e as comunidades indígenas no país.

O presidente da república, tentou culpar os dois pelo ocorrido, afirmando que estavam em uma “aventura” na Amazônia, sem autorização dos órgãos oficiais. Depois, falou que o jornalista britânico Dom Phillips era “malvisto na região” porque fazia reportagens contra garimpeiros.

O vice-presidente disse que o jornalista “entrou de gaiato nessa história, foi dano colateral”.

Já o presidente da Funai, desconsiderou todos os alertas feitos pelo Indigenista nos últimos anos. Na Funai desde 2010, Bruno atuou como coordenador do órgão no Vale do Javari, lar da maior concentração de povos isolados do planeta. Pelos povos locais, era considerado o não indígena que melhor conhece a área.

Em 2019, como parte de uma mega operação contra o garimpo, Bruno destruiu 60 balsas e expulsou centenas de garimpeiros do Javari. Esse episódio o colocou na mira dos



que tinham interesses escusos na região.

Após ser exonerado da chefia do setor de isolados e sem qualquer respaldo da Funai, Bruno percebeu que a única maneira de proteger os indígenas seria atuar fora do órgão e pediu uma licença sem vencimentos. Logo foi contratado como consultor técnico da Univaja, que, abandonada pelas autoridades federais, foi obrigada a fazer a vigilância do território por conta própria.

Fonte: Instituto Indígena (INA), APIB e Brasil de Fato